





- Declaração Conjunta do Fornecedor, pág. 251;
- Inidôneas, junto a CGE/MT, TCE/MT, CGU e TCU, págs. 252-261;
- Empresa: **SOLIS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ: 43.599.911/0001-90;**
- Mensagem eletrônica ao fornecedor solicitando documentos da empresa, págs. 262-266;
- Contrato Social, págs. 267-273;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, pág. 274;
- Documento do representante, pág. 275;
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, **válida até 05/05/2025**, pág. 276;
- Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela PGE e pela SEFAZ/MT, **válida até 05/01/2025**, pág. 277;
- Certidão negativa de débitos gerais do contribuinte municipal de Cuiabá-MT, **válida até 27/11/2024**, pág. 278;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, **válida até 22/11/2024**, pág. 279;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas, **válida até 06/05/2025**, pág. 280;
- Certidão Nada Consta de Falência e Concordata, **válida até 08/12/2024**, pág. 281;
- Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Termo de Abertura e Encerramento e Índices de Econômico-financeiros de 2022 e 2023, págs. 282-334;
- Declaração Conjunta do Fornecedor, págs. 335-336;
- Inidôneas, junto a CGE/MT, TCE/MT, CGU e TCU, págs. 337-346;

## 5 - Da Fundamentação Legal – Art. 75, III, “a”, da Lei 14.133/2021.

A obrigatoriedade de licitar é norma constitucional, vez que o Capítulo VII da Constituição Federal/88, reservado para dispor acerca da Administração Pública, estabelece no artigo 37, caput e inciso XXI, que a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União contratará obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados na legislação, consagrando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações".

Considerando que o processo iniciou como pregão eletrônico com fulcro na Lei 14.133/2021, a presente aquisição será processada por meio de dispensa de licitação, com fulcro nos termos do art. 75, inc. III, “a” da Lei de Licitações - Lei 14.133/2021.



